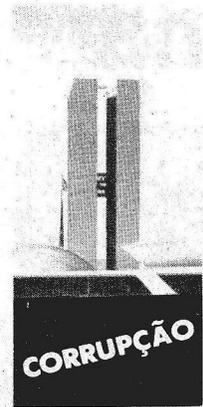


# Depoimento "útil" leva CPI a investigar o DNER

Geraldo Magela



O relator da CPI do Orçamento, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), anunciou ontem a disposição de convocar, na próxima semana, a diretoria do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER)

para aprofundar as investigações sobre a participação das empreiteiras no esquema de manipulação de verbas públicas federais, denunciado pelo ex-assessor do Senado José Carlos Alves dos Santos. Magalhães fez o anúncio depois de a CPI ter ouvido o depoimento do deputado José Carlos Vasconcelos (PRN-PE); que foi, por três anos, sub-relator do órgão na comissão de Orçamento e é apontado nas denúncias como um dos homens fortes das empreiteiras no Congresso.

Como acontecera na véspera com o deputado Sérgio Guerra (PSB-PE), a CPI não conseguiu reunir evidências incriminatórias contra Vasconcelos, que acabou prestando um depoimento tranquilo e de forma segura. Apesar disso, o relator Roberto Magalhães considerou o depoimento "útil" para encaminhar as investigações da CPI agora no rumo do DNER. "Tenho elementos para fazer essas investigações e descobrir a realidade sobre o relacionamento entre empreiteiras e DNER e empreiteiras e parlamentares", disse o relator. A diretoria do DNER poderá ser ouvida pela subcomissão de emendas.

**Pernambuco** — Uma das curiosi-



Vasconcelos: mais críticas

dades da CPI é saber por que o DNER se transformou numa espécie de feudo de políticos pernambucanos. Depois de Vasconcelos, o relator do orçamento do órgão foi o pernambucano Sérgio Guerra. No governo Collor, a diretoria-geral do DNER foi ocupada seguidamente por pernambucanos: José Henrique D'Amorim Figueiredo e Inaro Fontan.

**Tática** — No depoimento, Vasconcelos tentou repetir, sem o mesmo brilhantismo, a estratégia seguida com êxito pelo seu contrarâneo Guerra de culpar a falta de estrutura da comissão de Orçamento pelas suas falhas. "Do jeito que ela funciona, é preferível que ela

não exista", argumentou. "A própria figura do relator-geral deveria ser abolida, é um homem com um enorme poder para manipular, digo, para controlar uma quantia imensa de recursos". Ele acrescentou que, além das dificuldades técnicas do Congresso, a "irresponsabilidade e a falta de planejamento na execução orçamentária por parte do Executivo" ampliam a possibilidade de corrupção no Orçamento.

Como evidência do seu não-envolvimento na manipulação de verbas, Vasconcelos apresentou cópia de requerimento para a instalações de uma CPI sobre a comissão de Orçamento, assinado por ele e encabeçado pelo deputado Jacques Wagner (PT-BA) e pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Essa CPI foi pedida em 1991, depois das primeiras denúncias contra o deputado João Alves (PPR-BA), mas inexplicavelmente não foi instalada.

**Evasivas** — Com relação às questões sobre a sua movimentação bancária e seu patrimônio, o deputado foi evasivo o tempo todo e prometeu prestar maiores esclarecimentos à CPI posteriormente. Uma das perguntas que Vasconcelos prometeu responder é a respeito da movimentação de uma conta na agência do Banco do Brasil em Nova Iorque, no valor de US\$ 9,1 mil, e um depósito de US\$ 98 mil feito na sua conta no Banco Rural, em setembro de 1990. Ontem, o deputado limitou-se a responder que a sua movimentação bancária e o seu patrimônio são compatíveis com os seus rendimentos e a origem dos seus recursos está claramente identificada em suas declarações de rendas.